



LEI MUNICIPAL Nº 1.867 DE 19 DE MAIO DE 2011.

**Autoriza a concessão de subvenção as entidades voltadas às atividades assistenciais, com ênfase no desenvolvimento sócio-cultural e desportivo das crianças e adolescentes em nosso município.**

O PREFEITO DE CACHOEIRAS DE MACACU, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo através do Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Cachoeiras de Macacu, autorizado a conceder subvenção, no valor máximo de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), objetivando o desenvolvimento das atividades assistenciais, sócio-culturais e desportivas tendo como público alvo as crianças e adolescentes do Município.

Art. 2º - A concessão de subvenção de que trata esta Lei poderá ocorrer em parcelas, conforme o cronograma de desembolso financeiro, a ser creditada na conta-corrente da beneficiada descrita no inciso deste artigo, desde que devidamente habilitada e em conformidade com os objetivos descritos no anexo único da presente lei.

**I - Centro de Estudos de Saúde do Projeto Papucaia-Programa de atenção à Criança e ao Adolescente-Curumim**

**VALOR: R\$ 60.000,00**

§ 1º O somatório do valor subvencionado a entidade não poderá exceder ao montante descrito no art. 1º, procedendo à execução da despesa em dotação própria, devendo a entidade beneficiada num prazo máximo de 30 (trinta dias) a contar do recebimento, proceder à



confecção e envio ao Poder Concedente das Prestações de Contas correspondentes a cada parcela recebida..

§ 2º A concessão de subvenção de que trata o artigo anterior será precedida no que couber, da documentação descrita no art. 23 da Deliberação TCE-RJ n º 200/96 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - Os procedimentos para a prestação de contas da subvenção de que trata o artigo 1º dar-se-ão em conformidade com o estabelecido nas normas gerais que regulam a matéria, sendo vedada a aplicação de tais recursos em obras, aquisição de equipamentos ou quaisquer bens que possam integrar o patrimônio da entidade beneficiada, bem como sua utilização para pagamento de dívidas de qualquer natureza.

§ 1º As Prestações de Contas correspondentes ao valor global descrito no art. 2º, ou as respectivas parcelas correspondentes deverão estar revestidas de todos os documentos descritos no art. 24 da Deliberação TCE-RJ n º 200/96 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º A concessão e liberação de cada parcela somente se dará após a quitação plena da parcela imediatamente anterior, considerando para tanto, o atendimento a todos os requisitos formais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 19 DE MAIO DE 2011.

RAFAEL MUZZI DE MIRANDA

Prefeito Municipal



## ANEXO – ÚNICO

**NOME:** Centro de Estudos de Saúde do Projeto Papucaia.

**OBJETO:** atender crianças e adolescentes que se encontram em situação vulnerável pela ausência da família, do poder público ou da sociedade, proporcionado um atendimento humanizado e trabalhando seu desenvolvimento pessoal através das atividades sócio-educativas.

**PÚBLICO ALVO:** Crianças e adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 0 a 17 anos com perspectiva de atender 500 crianças e adolescentes.

**VALOR:** R\$ 60.000,00

**Exercício de 2011**

**PERÍODO:** 06(seis) meses